

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Reunião na SEE

APEOESP cobra reajuste salarial e respostas para demandas da categoria

APEOESP reuniu-se na manhã de quinta-feira, 28/04, com o Secretário Estadual de Educação e sua equipe para tratar da pauta de reivindicações da nossa categoria.

A presidenta da entidade, professora Maria Izabel Azevedo Noronha, cobrou de forma veemente uma proposta de reajuste salarial, pois estamos há 20 meses com reajuste zero, numa situação de inflação alta, que compromete nosso poder de compra.

O secretário respondeu que vem envidando esforços junto a outras áreas do governo estadual, mas que não poderia apresentar uma proposta neste momento, devido às dificuldades orçamentárias e, segundo ele, aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A APEOESP reafirmou a urgente necessidade de reajuste e lembrou ao secretário que haverá neste dia 29/04 uma assembleia da categoria, na qual serão decididos os passos do movimento, e que a greve está em debate. Também apontou que o governo estadual pratica uma política de isenções e renúncia fiscal que beneficia setores empresariais e tira dinheiro da educação. Pelos números obtidos pela subseção do DIEESE/APEOESP, o Estado já deixou de arrecadar R\$14,5 bilhões desde 2014 e este montante pode chegar a R\$ 60 bilhões até 2018.

Estado alega falta de recursos, mas paga supersalários

A APEOESP também mostrou ao secretário a contradição entre o discurso da crise e dos limites da LRF e a existência

de 5 mil servidores que, juntos, consomem anualmente mais de R\$ 400 milhões, com supersalários, conforme série de reportagens do telejornal SPTV e também estudos da subseção do DIEESE/APEOESP.

Prosseguindo, o Sindicato reafirmou que o governo utiliza a crise econômica como justificativa para não reajustar nossos salários, mas no momento em que o PIB do país cresce a taxas superiores a 4,5%, chegando até 7,5%, este crescimento não foi repassado para os salários dos professores estaduais.

Na proposta de Plano Estadual de Educação elaborada pelo Fórum Estadual de Educação, consta uma diretriz que determina a necessidade de uma verdadeira reforma tributária estadual, para que setores privilegiados da sociedade paulista, que consomem produtos de luxo, passem a pagar os impostos correspondentes, o que hoje não ocorre, para que haja o adequado financiamento da educação e valorização do magistério.

O próprio secretário reconheceu que é necessário valorizar os professores, anotou os números da APEOESP e informou que o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) está levando ao âmbito nacional a proposta de que a Lei de Responsabilidade Fiscal não limite os reajustes aos professores, tendo em vista que a lei do FUNDEB estabelece que no mínimo 60% de seus recursos sejam gastos com a valorização do magistério.

O secretário também lembrou que o Supremo Tribunal Federal suspendeu liminarmente o pagamento de

80% das dívidas dos Estados com a União, o que, em tese, permitiria ao Estado de São Paulo e aos demais conceder um reajuste.

Para além de quaisquer especulações desta natureza, não abriremos mão do reajuste salarial. O índice necessário para repor as perdas desde julho de 2014 é de 16,6%; além do reajuste, queremos o estabelecimento de uma **mesa permanente de negociação para discutir a valorização profissional, com base na meta 17 do Plano Nacional de Educação, que determina a equiparação salarial dos professores pela média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior.**

Para a APEOESP, a verdadeira valorização dos professores se dá por meio de uma política salarial que tenha como objetivo o cumprimento da meta 17 do PNE. Para alcançar esta meta, precisamos de um plano de reajustes paulatinos que perfaçam 75,33% de reajuste total.

O secretário comprometeu-se a continuar buscando a viabilização de um reajuste salarial e nova reunião ficou agendada com a APEOESP para o dia 24/05.

Professores da categoria O

Regularização de direitos

A APEOESP cobrou do secretário da Educação informações sobre a data em que o governador assinará o decreto que regulariza os direitos (faltas abonadas e férias) dos professores da categoria O frente ao novo prazo de contratação previsto na lei complementar 1277/15, que alterou a lei complementar 1093/09. A informação da SEE é a de que a minuta encontra-se em análise na Consultoria Jurídica e que seguirá para o Palácio dos Bandeirantes até terça-feira, 03/05.

Cadastro emergencial

Foi publicado no Diário Oficial despacho do governador autorizando a contratação de 500 professores PEB I e 1.500 PEB II em caráter temporário. De acordo com a SEE, serão publicadas na segunda-feira, 02/05, instruções para o cadastro emergencial. Será seguida a classificação para a atribuição de aulas.

A APEOESP questionou o prazo de contratação (12 meses), que contraria a lei complementar 1277/15. A SEE disse que pedirá a retificação deste prazo.

Reposição de aulas e ressarcimento de descontos indevidos

Respondendo a várias demandas da APEOESP apresentadas nas reuniões anteriores e encaminhadas também por meio de ofícios, a SEE informou que fez levantamento nas diretorias de ensino, constatando a necessidade de reposição de 1,5 milhão de aulas que deixaram de ser ministradas. Essas aulas serão disponibilizadas para os professores que necessitam repor as faltas da greve de 2015. Houve também compromisso de inclusão da paralisação do dia 08/04. Orientações neste sentido serão publicadas na segunda-feira, 2/5.

O secretário informou ainda que será procedido de imediato o ressarcimento dos descontos indevidos de faltas da greve.

Será feito um "mutirão" para retirada das faltas repostas até o dia 31/05, para regularizar a situação dos professores, atualizando a pontuação.

Chamada para o concurso

A APEOESP solicitou da SEE que seja disponibilizado por escrito o cronograma da terceira chamada do concurso de PEB II. A SEE informou que isto será feito na segunda-feira, 2/5 e detalhou que a data-base para a remoção é o dia 30/6 e que a chamada do concurso será feita em outubro, para exercício a partir de janeiro/2017.

Pagamento da promoção por mérito

A SEE confirmou que o pagamento da promoção por mérito será feita em maio, em folha suplementar. Porém, segundo a SEE, por problemas orçamentários, não há previsão ainda para o pagamento do retroativo. A SEE informa que está buscando a viabilização deste pagamento.

Desconto de faltas de professores doentes

A APEOESP voltou a cobrar com muita ênfase e indignação que o governo estadual pare de descontar as faltas de professores doentes que aguardam a realização de perícia médica e publicação de suas licenças. O secretário disse estar de acordo com esta reivindicação, mas que o assunto está afeto à Secretaria de Planejamento e ao DPME.

A SEE informou que está agendada uma reunião com o DPME, para buscar a agilização de procedimentos em relação a perícias e publicação das licenças. Entretanto, a APEOESP reafirmou: exige que o governo pare imediatamente com os descontos e que levará esta questão às últimas consequências, pois o direito à saúde e à vida são inalienáveis.

Lembramos que a APEOESP ingressou com ação coletiva, que tramita no Tribunal de Justiça.

Perseguições a professores e estudantes

A APEOESP tem encaminhado à SEE todos os casos de perseguições a professores e estudantes, decorrentes da greve de 2015, das ocupações contra a reorganização da rede e outros motivos.

A SEE afirma estar tratando de todos os casos já encaminhados, mas que pretende adotar medidas globais e normas gerais para evitar casos de perseguições e que problemas simples se tornem processos administrativos, onerando o Estado e prejudicando professores.

Assim, será constituído um grupo de trabalho entre a SEE, APEOESP e demais entidades que queiram participar para debater e definir propostas em relação a essa questão.

Enquanto isto não ocorre, os casos devem continuar sendo informados à APEOESP, para encaminhamento à SEE.

Audiência Pública na Alesp será em 17/05

É importante assinalar que a APEOESP, juntamente com estudantes, pais e movimentos sociais conquistou uma vitória na quarta-feira, 27/04, quando ocupou as galerias da Assembleia Legislativa para cobrar do presidente da Casa a realização de uma audiência pública com a presença do secretário da Educação para debater a situação da rede estadual de ensino, o Plano Estadual de Educação e a questão da merenda escolar, tanto no que se refere à sua qualidade, quanto em relação aos desvios de recursos.

O presidente Fernando Capez havia prometido realizar a audiência no dia 27/04, mas não cumpriu o compromisso. Após a pressão que fizemos, o compromisso foi firmado oficialmente, no plenário da Casa e desta vez a audiência será realizada.

Devemos todos nos programar para irmos em peso à Alesp no dia 17/05, pois ali poderemos fazer uma pressão mais efetiva pela CPI da merenda e, também, pela tramitação do Plano Estadual da Educação, que já se encontra naquela Casa desde o segundo semestre de 2015.



**Paralise sua escola e
VENHA PARA A ASSEMBLEIA
Votar pela greve**

Dia 29
sexta

ASSEMBLEIA ESTADUAL
COM PARALISAÇÃO

Abri! 14h
vão Livre do MASP
Av. Paulista

REAJUSTE ZERO, NEM PENSAR!

Queremos, emergencialmente:

- Reajuste de 16,6% para repor a inflação do período (desde julho de 2014), extensivo aos aposentados.
- Mesa permanente de negociação para discutir a valorização dos professores, de acordo com a meta 17 do PNE (equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior).

Procure a sua subsede. Compareça!

E mais:

- Reabertura das classes fechadas, principalmente no noturno.
- Materiais e equipamentos nas escolas.
- Extensão dos direitos da categoria O para cada ano de contrato. Pagamento de férias.
- Fim dos descontos de salários de professores doentes que aguardam publicação de licenças.
- Merenda nutritiva e de qualidade em todas as escolas.
- CPI da merenda já! Prisão dos culpados, confisco dos bens e devolução do dinheiro desviado.
- Fim da política de renúncia fiscal para empresários e aplicação dos recursos na educação.
- Devolução de R\$ 17,5 bilhões desviados da educação de 1995 a 2000.

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FILIAÇÃO CUT E CUT